

Economia de alta entropia

Sérgio Amadeu *

Um dos efeitos mais danosos do último período de internacionalização da economia brasileira tem sido a intensa destruição das florestas primárias. Em dezembro de 1997, um relatório da Comissão da Câmara dos Deputados, formada para averiguar a aquisição de madeiras, serrarias e extensas porções de terras por grupos asiáticos, já indicava que a taxa de destruição da floresta amazônica atingia a catastrófica medida de 5,8 milhões de hectares por ano, combinando desmatamentos, queimadas, exploração predatória, ocupação desordenada do solo e agropecuária predatória.

A evolução das queimadas na Amazônia Legal, detectadas pelos satélites NOAA 12 e 14, revela um ritmo destrutivo assustador. Tomando

o mês de agosto como parâmetro, em 1996 tivemos 9.392 focos de incêndio, 11.501 em 1997 e 29.660 em 1998. Essa destruição vertiginosa foi incentivada pela impunidade, pela ausência de uma política econômica sustentável para a região e também pelas fendas abertas na floresta pelas madeiras.

Após terem exaurido grandes florestas na Ásia e na África, as transnacionais da madeira voltaram-se para a região que concentra cerca de um quinto da cobertura florestal original

de grande extensão que ainda resta no mundo. De acordo com o WWF, a Amazônia é a maior das florestas primárias remanescentes, com 370 milhões de hectares, dos quais dois terços permanecem como floresta primária. Ou seja, são 60 bilhões de metros cúbicos de madeira comercial.

A aceitação indiscriminada do capital estrangeiro — assim como a predominância do discurso que confunde modernidade com submissão tecnológica, desenvolvimento com subordinação de todas as esferas sociais à supremacia do mercado — anulou qualquer tentativa

de conter a agressiva aquisição de madeiras brasileiras pelas megatransnacionais da madeira, fato relatado pela própria Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. Enquanto vários países endureciam suas legislações ambientais e organizavam restrições ao manejo não-sustentável do que restou de suas florestas, o Brasil assistia à desnacionalização do seu setor madeireiro. A empresa malásiana WTK adquiriu a brasileira Amplac

e a Jaya Tiasa, também malásiana, assumiu o controle da Selvapac Indústria Madeireira do Pará e da Maginco Compensados S.A. Os norte-americanos também se fizeram presentes: o grupo Nevada Manhattan Inc. assumiu o controle integral da Terra Resources Brazil Ltda. e a Sara Hallitex adquiriu a Janus Brasília S.A. Grupos europeus adotaram a mesma estratégia de comprar empresas já instaladas: a Precious Woods, da Suíça, comprou a Mil Madeiras, e a Westag & Getalit, da Alemanha, assumiu uma parte expressiva da Gethal.

Todas essas aquisições ocorreram a partir de 1995, fase de valorização do real, quando o grande fluxo de capitais estrangeiros diretos era visto apenas como sinal de saúde econômica e de robustecimento de nossas reservas internacionais. Sem dúvida, manter a permanente entrada de capitais foi a estratégia utilizada pelo governo para cobrir o elevado rombo nas transações correntes do País com o mundo. Foi nessa fase que as madeiras mais vorazes do mundo se implantaram na Amazônia utilizando como estratégia a aquisição de madeiras brasileiras. Obviamente, não foi o propalado sucesso do Plano Real que as trouxe ao Brasil. De outro lado, es-

sas empresas aqui encontraram condições propícias para se desenvolver. Entre elas, a complacência do governo, a incapacidade de fiscalização, a presença de um grande número de deputados aliados no Congresso Nacional e autoridades dispostas a colaborar com suas estratégias.

Os dados nos deixam apreensivos. Nos últimos 20 anos, a participação da madeira extraída da Amazônia no total da produção madeireira brasileira saltou de 14% para 85%. O Brasil, que exportava, em 1989, 2,2% do total mundial de madeiras duras tropicais, atingiu 8,05% em 1995. Isso ocorreu num momento em que Malásia e Indonésia, principais exportadores, enfrentam a dura realidade de terem praticamente destruído suas florestas.

Conforme a SAE, 80% da exploração madeireira da Amazônia é ilegal e as autorizações de desmatamento do Ibama atingem somente 10% do total desflorestado anualmente. É exatamente nesse contexto que urge pressionar o governo para evitar a continuidade de sua política florestal. Isso que chamam de política florestal não passa de uma política madeireira orientada para aumentar o volume das exportações no comércio mundial. É uma política que deixa a defesa da

biodiversidade como peça retórica nos fóruns mundiais, esquecendo que nossa maior riqueza está na preservação da floresta e na sustentabilidade dos processos econômicos e socioambientais. A Amazônia é em si uma potência estratégica — seu manejo deve ser estudado com todo o cuidado e as soluções devem envolver a participação da sociedade local, a comunidade científica e o poder público.

No final do ano passado, uma articulação dos deputados ruralistas e da Casa Civil da Presidência da República tentou aprovar, em apenas seis dias, a Medida Pro-

visória nº 1.956-44 como Projeto de Conversão nº 7. O objetivo pretendido era flexibilizar o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/65), permitindo maior liberdade na exploração das florestas. Diante de uma onda de protestos, o governo e os ruralistas recuaram, mas tudo indica que não desistiram.

A proposta barrada buscava anistiar os desmatadores de reservas legais e áreas de proteção permanente, além de reduzir a reserva legal no cerrado de 50% para 20%, e na Ama-

zônia de 80% para 20%. Previa também reflorestar as áreas com eucalipto e pinus, bem como considerar plantios de laranja, pêssego, limão e outras culturas como reserva legal. Entre outros absurdos, o texto da medida provisória retirava a exigência de licença ambiental para transformar florestas nativas em lavouras e reduzia a área de proteção de rios e lagos de 100 para 30 metros.

Se até o início dos anos 70 apenas 1% da floresta amazônica havia sido destruída, já em meados de 1998 o desflorestamento atingia 13,7%. Nesse período, segundo o Inpe, uma área

de 55 milhões de hectares, equivalente ao território da França, foi desmatada. Caso o governo consiga aprovar algo próximo ao que foi tentado em dezem-

bro de 1999, o destino da Amazônia não será diferente do das antigas florestas de Bornéu. O ritmo da natureza não é o ritmo frenético da lucratividade exigida pelo capitalismo mundial. O primeiro é o ritmo da vida, da baixa entropia; o outro é o da morte, da alta entropia. É hora de lutarmos por modelos econômicos que sustentem a vida em sua diversidade. ■

* Sociólogo e professor da Faculdade Casper Líbero/SP.

Da década de 70 até hoje, uma área de 55 milhões de hectares da Amazônia, equivalente ao território da França, já foi desmatada

O ritmo da natureza não pode ser o mesmo ritmo frenético da lucratividade exigida pelo capitalismo mundial

Fonte	GM
Data	22-30/01/00
Pg	A3
Class.	356
SOCIOAMBIENTAL	
Documentação	